

Editorial

Este número da *Revista Brasileira de Educação* apresenta um conjunto variado de artigos, alguns diretamente derivados de pesquisas, outros na forma de ensaios, apresentando reflexões sobre temáticas atuais, direta ou indiretamente relacionadas à área da educação.

No primeiro bloco, destacamos o artigo preparado por Romualdo Portela de Oliveira e Gilda Cardoso de Araujo, explorando o que designaram como uma nova dimensão do direito à educação: a qualidade do ensino. A partir da análise dos dados referentes à expansão do ensino e do acesso à escola, articulados com as noções de qualidade do ensino, procuram mostrar a dimensão do problema da qualidade, com base nos resultados da segunda edição do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), no qual os estudantes brasileiros com 15 anos, que haviam completado o ensino fundamental e estavam cursando o ensino médio, ficaram em último lugar. Defendem o estabelecimento de um padrão de qualidade do ensino como medida necessária e urgente para garantia do direito à educação.

Em segundo lugar, destacamos o

artigo de Dagmar M.L. Zibas que retoma a discussão sobre a reforma do ensino médio nos anos de 1990, abordando suas repercussões na academia e discutindo os resultados de pesquisa realizada em escolas que implantaram a reforma de 1998, no Ceará, em Pernambuco e no Paraná.

Embora mais restrita, porque analisando apenas a formação de professores na licenciatura da matemática na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e focalizando os números naturais, Plínio Cavalcanti Moreira e Maria Manuela Martins Soares David mostram concretamente como ocorre a dicotomia formação teórica na licenciatura/prática docente na escola básica, problema reiteradamente apontado nos estudos sobre as licenciaturas, mas em geral de forma vaga e superficial.

No quarto artigo desse primeiro bloco, Marília Carvalho compara as diferenças entre a classificação racial feita pelos professores e pelos próprios alunos, com base em pesquisa realizada nas 1ª a 4ª séries de uma escola pública do município de São Paulo. Conclui que a desigualdade do desempenho escolar entre brancos e

negros, maior na classificação feita pelos professores, em lugar da autotransclassificação, pode ser atribuída ao fato desses professores “clarearem” as crianças de melhor desempenho e de avaliarem com maior rigor as que percebem como negras, principalmente meninos.

Com base nas categorias de não-lugar, lugar, espaços-tempos e comunidades compartilhadas, retiradas de Lefebvre, Augé, Certeau e Santos, Janete Magalhães Carvalho analisa os sistemas de representação de professores do Espírito Santo, sobre os processos de educação continuada desenvolvidos pela Secretaria de Educação desse estado. A pesquisa foi realizada com os professores eleitos para participarem como delegados no Seminário Nacional de Política Educacional do Espírito Santo, realizado em setembro de 2003, tendo como tema “Educação como um direito”, com a aplicação de questionários. Os resultados indicam que o sistema de representação dos professores apontam para a instauração de processos de educação continuada que possibilitem a constituição de um coletivo escolar que supere, por meio

de comunidades compartilhadas, o não-lugar por eles ocupado atualmente.

Com características específicas: análise de reportagens publicadas em duas revistas semanais de circulação nacional, Gilson R. de M. Pereira e Maria da Conceição L. de Andrade investigam as formas assumidas pelas pré-noções acionadas por jornalistas na produção e difusão de informações e pontos de vista sobre a educação. Mostram que se pode perceber que as práticas educativas de professores, assim de outros agentes sociais, são conformadas por princípios impostos pelos jornalistas, muitas vezes sutilmente.

Por sua vez, Ana Cristina Coll Delgado revela, a partir de pesquisa realizada como base para a elaboração de sua tese de doutorado, como as mães de uma creche domiciliar no município de São Gonçalo (RJ) percebem o trabalho de tomar conta de crianças, que lhes foi delegado. Evidencia a presença de uma perspectiva familiarista de educação, decorrente da delegação da criação dos filhos às “tomadoras de conta” de crianças.

Dentre os artigos do segundo bloco, de cunho mais teórico, destaca-se, em primeiro lugar, a comunicação de María Teresa Sirvent, que situa historicamente a educação popular de jovens e adultos na Argentina, em relação aos movimentos sociais, a partir do fim da ditadura militar em 1973 até os dias atuais, e analisa as dificuldades teóricas enfrentadas, sobretudo no campo da sociologia, para entender as limitações subjacentes à participação social, decorrentes do período ditatorial,

assim como os desafios e contradições do momento presente para a tarefa da educação de jovens e adultos, ante a expressão dos movimentos sociais emergentes.

Em seguida, Ana Lúcia Valente retoma uma proposta metodológica de combate ao racismo na educação básica, desenvolvida com sucesso em escolas de Campo Grande (MS) e Belo Horizonte (MG), indicando que esse nível de escolarização apresenta o quadro educacional mais grave para as crianças negras; refletindo sobre as políticas afirmativas de caráter universal e específico e afirmando que as contrapõem como excludentes é uma falsa questão; argumentando que quanto antes o racismo, a discriminação e o preconceito forem enfrentados, melhores serão os resultados educacionais; e apontando os desafios para a formação de professores nessa perspectiva, em especial para aqueles que atuam na educação básica.

Maria Regina dos Santos Prata desenvolve uma reflexão sobre a sociedade disciplinar, com base na concepção de Foucault, inserindo a instituição escolar no contexto sócio-histórico atual, tematizando seu lugar como reprodutora dos padrões hegemônicos da sociedade e sublinhando sua importância na produção da subjetividade e na revisão dos valores construídos socialmente.

Também tomando a instituição escolar para análise, Ada Beatriz Gallicchio Kroef e Gisela Soares Gallicchio cartografaram os movimentos e as relações da escola na empresa e da empresa na escola, mostrando que

essas relações engendram fluxos de caráter capitalista e geram novos arranjos que situam de maneira diversa a escola na sociedade.

Finalmente, Ozerina Victor de Oliveira e Denise de Souza Destro discutem concepções de política curricular, com o objetivo de caracterizar uma abordagem metodológica de pesquisa que evidencie processos contra-hegemônicos em políticas curriculares. Para tanto, definem política curricular como um processo histórico, no qual diferentes protagonistas geram tensões em torno da produção, circulação e consolidação de significados no currículo escolar. Em consequência, entendem política curricular como política cultural e propõem análises a partir do local/global, em lugar da hegemônica perspectiva global/local.

Este número é complementado por dois documentos: o texto da conferência de abertura a 27ª Reunião Anual da ANPEd, proferida por José Dias Sobrinho: “Educação superior, globalização e democratização. Qual universidade?” e o posicionamento da ANPEd sobre a reforma da educação superior em curso, aprovada na Assembléia Geral da mesma reunião. Como de hábito, é complementado ainda por resenhas de livros atuais e importantes.

Com essa apresentação detalhada dos artigos que constituem esse número, e com uma chamada para o exame dos documentos e resenhas, convidamos os leitores a aproveitar o que o conjunto de textos oferece, esperando que lhes seja útil.

A Comissão Editorial